



Grupo de Estudos em Análise de Discurso e Ensino de Línguas

COLONIZAÇÃO E TENTATIVAS DE APAGAMENTO DAS CULTURAS INDÍGENAS: A VIAGEM DE HAMILTON RICE À GUIANA BRASILEIRA

Colonization and attempts to erase indigenous cultures: Hamilton Rice's journey to brazilian Guyana

Valtenir Soares de ABREU (UFRR)¹

RESUMO

As relações sociais baseadas na desigualdade e na manutenção de privilégios de uns sujeitos ou grupos sobre outros têm sido objeto de profundas reflexões por parte de pesquisadores dos mais diversos campos de estudos, levantando questionamentos, proposições e, em alguns casos, provocando a criação de políticas voltadas ao enfrentamento das mais diversas categorias de exclusão. A propósito de um olhar decolonial, analisamos viagem de Hamilton Rice com o intuito de desconstruir determinados discursos de hegemonia identitário-cultural, busco dialogar com autores como Neide Gondim (2007), Mary Louise Pratt (1999), Stuart Hall (2006), dentre outros, com a intenção de promover reflexões a respeito de concepções como diversidade cultural, colonialismo, etnocentrismo, discurso e poder. Tratando mais especificamente das tensões entre exploradores e grupos indígenas, posiciono-me de maneira a defender que cada povo deve ser respeitado e ter suas histórias, memórias e identidades asseguradas de todas as maneiras possíveis.

Palavras-Chave: Colonização; Discurso; Etnocentrismo; Identidade; Diversidade Cultural

ABSTRACT

Social relations based on inequality and on the maintenance of privileges of some subjects or groups over others have been the object of deep reflection by researchers from the most diverse fields of studies, raising questions, propositions and, in some cases, provoking the creation of policies aimed at facing the most diverse categories of exclusion. From a decolonial perspective, we analyze Hamilton Rice's journey in order to deconstruct certain discourses of identity-cultural hegemony, I seek to dialogue with authors such as Neide Gondim (2007), Mary Louise Pratt (1999), Stuart Hall (2006), among others, with the intention of promoting reflections on concepts such as cultural diversity, colonialism, ethnocentrism, discourse and power. Addressing more specifically the tensions between explorers and indigenous groups, I position myself to defend that each people must be respected and have their histories, memories and identities assured in every possible way.

Keywords: Colonization; Speech; Ethnocentrism; Identity; Cultural Diversity

¹ Universidade Federal de Roraima, Roraima, Brasil. Técnico em Assuntos Educacionais, Diretor em Exercício do Departamento de Registro e Controle Acadêmico; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0670-0932>. E-mail: valtenir.abreu@ufrr.br

1. Introdução

No presente artigo, analiso as relações de alteridade entre dois grupos culturais distintos, inscritos em uma relação desigual de poder, marcada pela ideologia do grupo dominante – nesse caso, os exploradores, liderados pelo geógrafo norte-americano Alexander Hamilton Rice Jr. (1875-1956). Trata-se de um recorte da narrativa de viagem pela região do Rio Branco, atual estado de Roraima, realizada entre os anos de 1924 e 1925 – alegadamente com objetivos geográficos – cujo resultado foi um material significativo para o estudo da região, pois, além de apresentar um texto rico em informações e comentários, também produziu um importante registro fotográfico e fílmico, que retrata seus lugares e sua gente. A obra é intitulada *Exploração na Guiana Brasileira*, publicada pela Editora Itatiaia e pela Universidade de São Paulo, em 1978, na Coleção Reconquista do Brasil.

À guisa de fundamentar a análise, trabalharei com autores que discutem temáticas como colonialismo, discurso, linguagem e estudos narrativos, tais como Mary Louise Pratt (1999), Neide Gondim (2007), Mikhail Bakhtin (2003; 2006), William Labov (1972; 1997; 2013), Stanton Wortham (2001), Catherine Riessman (2005) – cujas formulações teóricas a respeito do discurso e dos estudos narrativos figuram como ricas fontes teóricas, sobretudo no sentido de compreender a utilização da linguagem, do discurso e da narrativa como instrumentos de poder em diferentes contextos e realidades socioculturais, levando ao aparecimento de tensões e divergências entre os sujeitos que fazem parte da narrativa de viagem que me proponho a analisar.

2. O eu e o outro: as relações de alteridade no embate de mundos distintos

Para melhor compreender as relações entre os viajantes e as populações por eles encontradas em seus trajetos, dialogo, principalmente, com Todorov (2011), para quem a América, inventada nos moldes como atualmente é conhecida pelo mundo, representa um cenário de encontros – e desencontros – identitários e culturais, atravessados por discursos e práticas de uma certa transculturação, a qual, nada mais é que a marcação de espaços tanto geográficos quanto – e principalmente – socioculturais.

Quando se intitulam como civilizados e rotulam os outros como selvagens – prática recorrente nas narrativas de viagens –, os sujeitos falantes estão, a partir do que consideram uma posição superior de poder e cultura, colocando “cada um em seu devido lugar” na estrutura social. Ao ratificar tal sistema de estratificação, a narrativa de Rice coloca-se a serviço de uma ótica preconceituosa, que não considera a importância da diversidade cultural na formação de uma sociedade. Em um dos trechos, Rice aparece

referindo-se aos nativos como “pobres criaturas”, que causavam a ele e aos seus colegas uma impressão “repulsiva e desagradável” (p. 44).

Considero importante elaborar uma crítica a essa construção identitária dos nativos que se manifesta nas linhas e entrelinhas da narrativa de viagem de Hamilton Rice que, por sua vez, é tributária do darwinismo social, teoria que defende a superioridade natural de determinadas civilizações sobre outras (SOUSA, 2020). A divulgação e sustentação dessa teoria, sobretudo na segunda metade do século XIX, serviu como base à instituição de políticas como o colonialismo e o neocolonialismo, através das quais as grandes potências do mundo, simplesmente, se apropriavam de territórios pertencentes a outros povos, considerados inferiores, inclusive no continente americano. Pensadores mais recentes, dentre os quais Stuart Hall (2006), entretanto, refutam essa ideia de superioridade de um grupo sobre outro, ao considerar que as diferenças existem de fato, mas que não resultam da evolução e sim de um processo sócio histórico de estratificação, com o consequente fortalecimento das estruturas de poder, por sua vez baseadas no capital. Entretanto, mesmo com todas as teorias que buscam desconstruir a ideia de superioridade cultural, ainda é muito visível a presença dessa noção, principalmente nos textos narrativos de teor etnocêntrico, como é o caso da maioria dos relatos de viagem.

Nesse sentido, percebo, em algumas das falas de Rice, a prevalência desse discurso que, mesmo de forma implícita ou velada, reproduz os preconceitos de pensadores que trabalharam conceitos como cultura e civilização em uma abordagem restrita, afirmando que, fora da Europa, esses elementos não existiam. Note-se que Rice não foge à regra dos estrangeiros provenientes do Velho Continente. Em seu primeiro contato com os habitantes da, então, Vila Boa Vista, esse discurso se faz perceber nas palavras do viajante:

A influência das freiras e dos monges Beneditinos residentes em Boa Vista é real nas relações sociais e familiares, pois o grau de moralidade é elevado; a população branca e os mamelucos são verdadeiramente civilizados. Nota-se em seus trajes, suas maneiras, sua amabilidade, qualidades que não são apanágio habitual das comunidades selvagens (RICE, 1978, p. 25).

No trecho acima, a ideia de civilização, manifesta no pensamento de Rice, está diretamente ligada à branquitude, de forma que, quanto mais próximo do tom de pele branco, maiores são as possibilidades de essas pessoas atingirem determinados graus de civilidade, entretanto, não sem a ajuda de pessoas tidas como boa influência, geralmente vindas de outros países (europeus, em sua maioria), como citado no excerto acima.

Labov, em seu texto clássico sobre narrativa (1972, p. 366), ao falar justamente sobre a estrutura da narrativa, descreve a avaliação como um de seus elementos mais importantes. Para Labov a avaliação é um dos motivos, se não o motivo principal pelo qual uma narrativa é contada:

Isso é o que chamamos de avaliação da narrativa: os meios usados pelo narrador para indicar o ponto da narrativa, sua razão de ser: porque foi contada e onde o narrador pretende chegar. Há muitas maneiras de contar a mesma história, de apresentar pontos muito diferentes ou de não fazer nenhum ponto. Histórias sem sentido são recebidas (em inglês) com a tréplica fulminante: "So what" ("E daí?")? Todo bom narrador está continuamente evitando essa pergunta; para um espectador dizer: "E daí?" Em vez disso, a observação apropriada seria: "Ele fez isso?" ou meios semelhantes de registrar o caráter relatável dos eventos da narrativa. (LABOV, 1972, p. 366).

No sentido descrito por Labov, o trecho, trazido mais acima da narrativa de Rice, pode ser considerado uma avaliação do início ao fim. A impressão que temos como leitores de sua narrativa é que ele narra apenas para defender um ponto, quer seja; o de que há algo que pode ser considerado civilizado e civilização, tudo o mais é desordem e barbárie.

As relações de poder estabelecidas entre viajantes e habitantes do local visitado, no caso da narrativa de Rice, estão atravessadas por discursos historicamente propagados e fortalecidos, sendo que, pelo uso da força, o colonizador toma posse daquilo que não lhe pertence, submetendo os grupos locais à servidão. Os que tentam resistir são castigados das formas mais cruéis, como escravidão e extermínio. O holandês Teun van Dijk, estudioso da linguagem, em sua obra *Discurso e poder* (2008), elabora uma análise sobre as formas utilizadas pelas chamadas elites simbólicas para exercer, por meio do discurso, seu poder em determinados contextos sociais, controlando aspectos importantes da formação dessa sociedade, tais como a forma de pensar e agir.

Essa estratégia, utilizada, por exemplo, por alguns viajantes naturalistas (cf. PRATT, 1999), envolve práticas de apropriação discursiva, reconfigurando, dessa forma, a maneira de conquistar, chamada, pela autora, de anti-conquista. De acordo com Pratt, destacam-se, neste modelo de viagem, o caráter aparentemente pacífico e reflexivo do viajante-naturalista, bem como das características abstratas da apropriação por ele promovida. A autora também ratifica as questões em torno do gênero dos viajantes naturalistas, afirmando que o olhar feminino sobre as áreas coloniais é diferente, bem como sua inserção na construção de formas específicas e variadas da abordagem imperial. É disso que falo ao mencionar que, ao analisar uma narrativa de viagem, o pesquisador deve estar atento também ao que não está dito, que não aparece nas linhas das narrativas.

Rice faz um levantamento em relação aos habitantes da principal vila encontrada por ele às margens do Rio Branco, dando detalhes em relação às principais edificações, origens da população, dentre outros aspectos. Boa Vista, atualmente capital do estado de Roraima, era, então, uma vila que, apesar da

pequena quantidade de moradores, era a mais povoada da região do Rio Branco. Note-se que o ano retratado é 1925, quase um século atrás, comparativamente à realização desta análise. Destaco que o texto, em forma de livro, somente foi publicado em 1978. Desde então, a atual cidade tem experimentado um importante crescimento, sendo, entretanto, uma das menores capitais brasileiras. Eis o cenário descrito por Rice à época de sua passagem:

Boa Vista é o único agrupamento junto ao rio que tem a honra de ser chamado “vila”. Esse aglomerado compreende 164 casas que abrigam uma população de 1200 almas. Alguns desses edifícios são de tijolos: a igreja, a intendência, algumas casas de moradia, o armazém; a maioria, porém, é de reboco e pau a pique. A população se compõe de portugueses, brasileiros mestiços, índios e alguns negros vindos das Índias Ocidentais pela Guiana Inglesa, aliás em número muito reduzido (RICE, 1978, p. 25).

De fato, Boa Vista sempre foi marcada pela presença de pessoas provenientes de vários lugares e culturas. Alguns anos depois da passagem de Rice, notadamente na segunda metade do século XX, começam a ser desenvolvidos alguns projetos de colonização do território, aumentando, de maneira bastante acentuada, a pluralidade que historicamente constitui uma importante característica dessa urbe, pois várias correntes migratórias, originárias de todas as regiões do país, afluíram para o recém criado Território Federal de Roraima, que tem como sede a cidade de Boa Vista (cf. ABREU, 2016)

Emerge, nesse cenário, um discurso que visa estabelecer uma ordem fixa, imutável para as coisas e pessoas, a partir de um ponto de vista que considera natural a existência de lugares e posições privilegiadas, destinadas a sujeitos pertencentes às classes sociais mais elevadas e, portanto, merecedores de todas as regalias que tais condições possam lhes proporcionar.

Conforme Santos (2009; 2013), algumas das características da narrativa dizem respeito a essa capacidade de construção identitária, tanto do narrador quanto dos demais participantes da narrativa em questão. Essa construção ocorre, de acordo com o autor, de maneira direcionada, de modo a atingir os propósitos daquele que narra. A natureza flexível e atemporal da narrativa confere ao narrador a oportunidade de lapidar, ao seu próprio modo, determinados aspectos dos acontecimentos que afirma ter presenciado. Santos (2009), apontando a importância de estabelecer unidades de coerência no texto narrativo, compreende que, por vezes, são realizadas junções de elementos que podem estar dispersos ou mesmo desconexos na linha do tempo considerada para a elaboração da história. Assumo, então, que o ato de narrar, mesmo através da escrita, é dinâmico, além de político e constantemente sujeito a negociações, como no caso em que novos leitores de antigas narrativas constroem, a partir delas, novos significados, na maioria das vezes colocando-se como instrumento de promoção ou revisão da narrativa e de seu autor.

A naturalização das políticas colonialistas impostas a sociedades historicamente situadas (compreendo que, ao omitir sua crítica aos efeitos nocivos da presença indesejada e não-solicitada do indivíduo branco em territórios nativos, Rice acaba por legitimar tais práticas, pelas vias do discurso não-dito) pode ser tomada como demonstração de que o discurso da não-civilização do nativo é um dos elementos que corroboram as tentativas de apagamento dessas populações e, conseqüentemente, domínio de seus territórios. A colonização representa, portanto, a opressão e a imposição de uma vida pautada pelos ideais da exploração da terra e da força de trabalho, visando o lucro. Ainda sobre a formação populacional da vila de Boa Vista, Rice descreve:

Entre a população, acham-se soldados classificados como “Contingente Especial”. São assalariados pelos efetivos de Manaus e vêm a Boa Vista onde se fixam permanentemente, casam-se e constituem família. Suas obrigações são mais de colonos do que policiais, se bem que, na realidade, desempenham a contento as duas funções. Entretanto, numa região onde a autoridade judicial é exercida à revelia, uma força semi-oficial é quase inoperante (RICE, 1978, p. 25).

Não concebo, como pesquisador, a ideia de desvincular a presença do explorador do esfacelamento das tradições, rituais, visão de mundo e relacionamento saudável com a natureza, princípios defendidos pelos nativos. O branco, impondo sua própria maneira de viver, começa a gerar demandas que, para o nativo, não fazem sentido, uma vez que viviam há séculos no território em questão, sem a necessidade de explorar, além do necessário, os recursos que o meio ambiente lhes oferecia.

Destaco que, conforme minha leitura do relato, Rice cumpre bem o seu papel no campo das ciências naturais, ao elaborar uma cartografia geológica e hidrográfica da região, como pontuam Maxwell (2009) e Souza (2012), ao mencionarem o protagonismo desse viajante explorador e a boa quantidade de material científico produzido a partir de suas incursões. Entretanto, o que me chama a atenção é o fato de que, para os nativos, pode ser que tais levantamentos não tenham sido relevantes, servindo apenas para abrir caminhos a futuros exploradores e oportunizando ainda mais as investidas em torno de um projeto de colonização.

No excerto a seguir, assumo a premissa de que, uma vez dotados – por si mesmos – da prerrogativa de dominação sobre os nativos, aos quais pagavam salários que consideravam justos, os exploradores viam-se no direito de aplicar até mesmo punições físicas aos trabalhadores contratados, caso achassem necessário.

Havia ainda vários mulatos e caborés (mestiço de negro e índio) esses últimos sempre difíceis de manejar mas, apesar disso, homens preciosos. De um natural sombrio e fomentando freqüentemente discórdias, são, entretanto, sólidos, de grande resistência e capazes de suportar severas punições (RICE, 1978, p. 29).

O cientista-explorador Hamilton Rice, em sua narrativa, deixa registradas algumas características marcantes sobre seu relacionamento com as comunidades nativas que habitavam os lugares por ele visitados, juntamente com sua equipe. Entretanto, a identificação dessa diferença não é alguma coisa dada, clara e latente. Por vezes, as atitudes que poderiam revelar tais dissonâncias são colocadas de maneira sutil, até mesmo velada, como o trecho em que, tomando como base os conceitos de um explorador que o antecederia, chamado Schomburgk, Rice classifica um certo grupo de índios como “belicosos e ferozes”, ou “hordas de selvagens” (p. 42); em outra ocasião, refere-se a um grupo de índios como “nus, sujos, mal nutridos, os corpos magros besuntados de uma tintura azul de jenipapo, o que a gravar ainda mais sua ‘natural’ feiura” (p. 44). Não seria demasiado afirmar que a narrativa tem, portanto, um caráter também ideológico, ao colocar, frequentemente, o explorador em um lugar de superioridade em relação ao habitante local.

O filósofo e crítico literário britânico Terry Eagleton (1997), analisando o conceito de ideologia, elabora uma extensa lista de significações, o que chama a atenção, antecipadamente, para a complexidade do termo, ou seja, não há consenso quanto ao que seja ideologia.

Ora, o próprio autor (EAGLETON, 1997), no decorrer de sua reflexão, lembra que, no contexto hodierno, as discussões sobre essa problemática praticamente não existem mais, tendo sido rejeitadas por um certo pensamento que ele, mesmo sem ser muito detalhista, conceitua como pós-modernista e pós-estruturalista. Adiante, no entanto, ficam mais claras as razões pelas quais Eagleton aponta o enfraquecimento dos debates acerca da ideologia. Trata-se, na concepção do autor – aqui não pretendo esgotar todas as análises de Eagleton, mas apenas lançar alguma luz sobre essa questão, por fazer parte das minhas inquietações investigativas – do fato de que, de forma geral, a ideologia está ancorada em conceitos já ultrapassados, como a busca por verdades absolutas ou mesmo a maneira como ela sustenta as antigas estratégias de representação do sujeito. O fato de que a ideologia também serve à perpetuação das relações desiguais de poder na sociedade, criando estratificações, subgrupos e hierarquizações, ou seja, um sistema inteiro voltado a privilegiar os que detêm o poder, relegando os demais à condição de inferioridade.

Faço aqui uma correlação desse discurso com o pensamento de Foucault, que em sua obra *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* (1999) analisa as relações de poder entre indivíduos ou entre estes e a sociedade, quer seja a sua de origem ou outras com as quais venha a ter contato. O filósofo francês assevera que, no campo do discurso, há uma ferramenta indispensável à manutenção das estruturas de poder, que coloca os sujeitos em suas devidas posições a partir de uma ideologia, que, geralmente, consiste na dominação do mais forte sobre o mais fraco: trata-se da disciplina. Ao ameaçar com a retenção do pagamento ou mesmo com castigos físicos os que se recusarem a seguir as regras elaboradas por Rice e os demais membros de sua tripulação, responsáveis pela captação de mão de obra, os detentores do poder estão deixando clara sua

posição de domínio exercida por meio da força e do capital, aproveitando-se do fato de que, sem a renda prometida, aqueles trabalhadores não teriam como sobreviver ou sustentar suas famílias.

Rice, inclusive, compara o nativo ao animal selvagem, o qual, estando adaptado ao ambiente da floresta, não seria capaz de sobreviver em meio a uma sociedade tida por ele como civilizada. Como alternativa ao caráter inferior do índio em relação ao branco, devidamente registrado nas palavras do autor, o mesmo afirma que seria necessária uma intervenção no processo educacional desses indivíduos desde seus primeiros anos de vida, sendo essa a única maneira de salvá-los de uma vida adulta tida, no conceito etnocêntrico imperialista norte-americano, como apática, ignorante, com uma inteligência apenas suficiente para suprir suas necessidades mais básicas de sobrevivência.

O índio abandonado a si mesmo em meio às solidões, pode não apenas sobreviver e buscar tudo o que lhe é necessário à existência, proteger-se contra os animais selvagens, suportar todas as tribulações, mas ainda enfrentar e reverter em proveito próprio qualquer eventualidade que um branco não saberia superar. Todavia, quando se faz necessário tomar uma simples decisão, que um branco efetuará quase automaticamente, o índio torna-se mudo, imóvel, apático, sem energia nem reflexos. Sua adaptação ao ambiente é admirável, mas sua iniciativa e capacidade de assimilação anulam-se logo. Se alguma coisa pode ser feita pelos índios da América do Sul seria necessário educá-los desde a infância, pois o período de formação entre eles, é bem mais precoce do que entre o filho de brancos ou de mestiços (RICE, 1978, p. 29).

Em sua tentativa de descrever os índios encontrados durante a viagem, Rice, falando a partir de um lugar de poder e apoiando-se em um ponto de vista com fortes raízes em suas experiências socioculturais, elabora uma descrição, no mínimo, perfunctória, desprovida de uma análise crítica das condições em que viviam tais pessoas – ao falar em condições, não estou me atendo a uma concepção econômica, mas a um modelo de construção identitária que, claramente, escapava aos olhos do cientista – tende a apontar aspectos que, em sua visão, seriam quase defeitos genéticos, provenientes da enorme quantidade de tempo que passavam no interior das canoas, pois eram “de rio”.

Aqui, é muito importante retomar a observação de Santos (2013) de que

[...] é central a percepção de que as pessoas utilizam a narrativa não apenas para (re) construir eventos passados, mas, entre outros objetivos, para que tais eventos sejam interpretados de acordo com as representações que desejam. (SANTOS, 2013, p. 24).

No trecho acima é claramente perceptível que Rice narra de modo a conduzir seus leitores na direção de uma dada interpretação, quer seja: a de que os índios são pessoas apáticas, sem energia ou reflexos, incapazes de tomar decisões como um branco. Trata-se, na verdade, de construções ideológicas muito fortes. Se a sua narrativa continua trazer construções dessa natureza em um contínuo, ela pode levar à construção

daquilo que Linde (1993) chama de coerência, um entendimento dos acontecimentos narrados que depende não apenas do narrador, mas da compreensão que a narrativa adquire ao ser ouvida ou lida. Trata-se, portanto de um princípio cooperativo:

A coerência também deve ser entendida como uma conquista cooperativa do falante e do destinatário; não é uma propriedade absoluta de um texto desencarnado. O locutor trabalha para construir um texto cuja coerência possa ser apreciada e, ao mesmo tempo, o destinatário trabalha para chegar a algum entendimento. (LINDE, 1993, p. 12).

Ou seja, se levarmos em consideração as proposições dos teóricos acima, ao analisarmos a narrativa de Rice, perceberemos que ele conduz a sua narrativa de modo a formar percepções negativas dos nativos através de construções discursivas que confirmam coerência negativa às suas performances identitárias.

Wortham (2001), ao falar das possibilidades de transformação da identidade por meio da narrativa, considera que o narrador tem, à sua disposição, uma grande quantidade de opções para contar a história de um determinado cenário e da maneira como ele (narrador) portou-se diante das dificuldades e desafios apresentados pela realidade desse lugar narrado. As concepções de Wortham podem ser vistas nas escolhas de Rice para narrar sua viagem, pois é possível ver, em alguns trechos, a maneira como ele assume posições de privilégio e protagonismo diante dos grupos de indígenas que são, a seu ver, despreparados para os trabalhos que demandem elaboração intelectual. Desse ponto de vista, uma vez que os índios são considerados inferiores, caberia aos superiores – nesse caso, o branco, líder da expedição, exercer papéis indispensáveis, como decidir o que se deve pagar, como esse pagamento deve ser feito e se os valores podem ser considerados justos. O privilégio narrativo, lembrado por Labov (1997) reside, portanto, na liberdade, praticamente plena, do narrador, em conduzir a história como melhor lhe for apropriado.

Ainda na perspectiva etnológica, Rice faz uma análise da sua estada em uma localidade chamada Puruname, onde algumas questões de convivência entre os indígenas vieram à tona, causando certo descontentamento ao líder da expedição, que constrói, a partir desse evento, uma ideia de incapacidade social por parte dos nativos. De acordo com ele, não era socialmente saudável reter um grupo de índios em um mesmo lugar por um período prolongado de tempo, pois isso seria motivo de contendas. Em suma, parece que, ao externar a agressividade dos índios contra outros índios, o explorador tenta mudar o foco da narrativa, no sentido de não assumir o quão violentas podem ter sido suas próprias investidas, ou de outros grupos exploratórios, sobre o modo de vida de tais sujeitos e comunidades.

Toda a nossa estada em Puruname, de 19 de janeiro a 4 de fevereiro, foi perturbada por essas mil pequenas desordens que fatalmente nascem num grupo de índios retidos algum tempo

no mesmo lugar. Um deles, caçando na floresta, descobriu fortes pegadas; não faltou mais nada para que elas fossem atribuídas a um desses índios “bravos” que perambulavam pela selva, para seguir nossa expedição e exterminá-la no momento propício. Os xirianás lançaram azeite no fogo, murmurando que, em frente a marcha do grupo se chocaria com uma tribo selvagem, que não deixava de degolar todos aqueles que tentassem penetrar em seus domínios. Também os outros homens viviam continuamente em estado de alerta, não querendo ficar ou trabalhar senão em grupo, nem avançar a não ser em bloco compacto (RICE, 1978, p. 33).

Percebo também, nesse fragmento, a ideia de que a incapacidade de convivência harmoniosa por parte dos índios tornaria bastante complexa a tarefa de organizá-los em grupo para a execução de um trabalho eficaz. Tal harmonia, conforme pode ser visto no final do excerto, apenas foi alcançada por conta do medo partilhado em relação ao suposto grupo que representava uma ameaça para todos os participantes da equipe de Rice. É notória a escolha do autor em não problematizar os motivos pelos quais os indígenas preferiam viajar em grupo, ou seja, a questão cultural do outro, com suas crenças, mitos e outros elementos, é simplesmente deixada de lado, sendo trazido à baila apenas o traço de resistência à “autoridade” dos seus padrões.

Sobre a questão do surgimento e perpetuação das intenções de um determinado discurso, recorro ao conceito de polifonia, defendido por Bakhtin (1981, 1986), segundo o qual, não apenas uma narrativa, mas cada palavra que dela faz parte tem seu significado determinado pelos incontáveis contextos nos quais foram utilizadas. O teórico russo chamou a isso de “princípio dialógico”, e defendeu que cada narrativa carrega, em si, traços dos sujeitos, reais ou possíveis, que, em algum momento, já empregaram esses enunciados ou palavras.

Quando tenciona utilizar o discurso como forma de manipulação, o emissor costuma tomar como base o conjunto de valores, costumes e crenças de determinado grupo, explorando-os em benefício dos seus interesses. No caso dos indígenas, portadores de um grande número de crenças, ritos, uma cosmogonia bastante diversificada, não seria difícil, ao explorador, lançar mão de um ou vários desses elementos para, a seu modo, transformar a realidade a seu favor. O medo, nesse caso, funcionaria como um mecanismo de manipulação do branco sobre o índio, ao colocar-se como salvador, por possuir uma estrutura mais eficaz de combate aos inimigos. Dessa forma, os nativos se sentiriam gratos e, conseqüentemente, em dívida com os seus protetores. Toda a estrutura narrativa conduz a esse tipo de interpretação, pois a mesma está direcionada a um determinado público, que compreenderia melhor o texto se escrito dessa forma.

Diante disso, entendo ser pertinente olhar, mais uma vez, para a conexão entre o sujeito e o ato de narrar. Estudiosos como Bruner (1990) e Polkinghorne (1991) defendem a ideia de que o narrador é, primordialmente, um contador de histórias, no sentido de que, em suas escolhas para o desenvolvimento de narrativas, esse narrador também constrói a si e ao outro, por meio da adesão de indivíduos e/ou grupos de

indivíduos às suas histórias contadas. Nos moldes desse pensamento, temos a noção da identidade do sujeito, tanto narrador quanto narrado, como uma construção social, destoando da ideia de algo fixo e imutável. Através da ação de narrar, é possível a construção de sentidos à experiência do ser, experiência esta que, mais tarde, será partilhada com uma audiência, favorecendo uma nova oportunidade de compreensão dos sujeitos envolvidos na narrativa, assim por diante. Uma das grandes importâncias da narrativa está, portanto, relacionada a essa capacidade de conferir coerência, de fazer sentido, não importa o contexto em que ela esteja sendo publicizada. Para que ocorra, no entanto, esse processo de adaptação a diferentes contextos, é necessário, de acordo com Polkinghorne (1991),

um procedimento que configura elementos temporais em um todo, agarrando-os juntos e direcionando-os para uma conclusão ou sequência de eventos desconectados em uma história unificada com um ponto ou tema. (POLKINGHORNE, 1991, p. 141).

Tais intenções de unificação, homogeneização de grupos, culturas e identidades, como bem colocam Todorov (2011) e Neide Gondim (2007), foram inventadas pela tradição euro/etnocêntrica, predominante nas narrativas de viajantes considerados como pioneiros exploradores. O principal propósito da propagação desse tipo de pensamento relacionado ao outro “não-europeu” é a garantia de que, ao serem mencionados, esses povos sempre serão lembrados como inferiores. As experiências narradas por Rice são uma demonstração de que o pensamento europeu ainda prevalece na interpretação das culturas. Como resultado dessas construções narrativas e ideológicas, cria-se, também, no imaginário coletivo, a crença de que determinados grupos estão destinados a liderar, enquanto outros, conseqüentemente, ficariam fadados à servidão.

Qualquer tipo de reação ou resistência apresentada pelos grupos de indígenas era interpretada como resultado de seu caráter selvagem, não-civilizado, o que, por sua vez, justificava a utilização da força, caso o explorador julgasse necessário. Notemos, por exemplo, que o grupo de Rice, mesmo que não tenha realizado nenhum confronto armado (ao menos, não consta no texto), contava com um considerável poder de fogo, inclusive com metralhadoras (p. 48). Anterior à passagem de Rice, os irmãos Schomburgk, que fizeram uma viagem exploratória à Guiana Inglesa, elaboraram uma carta na qual destacavam a posição de algumas aldeias indígenas, texto no qual se pode ver uma série de adjetivos como “ferozes”, “selvagens” e “belicosos”, dando a entender que, em caso de quaisquer incursões que realizassem, os exploradores deveriam estar preparados para lidar com vários tipos de resistência.

Ao pensar sobre a questão da narrativa como uma ferramenta que possibilita a construção do outro, retomo as reflexões propostas por Rizzo (2008), para quem, na dinâmica narrativa, há um trabalho constante

de escolhas de elementos, com vistas a saber quais serão destacados e quais serão sublimados ou mesmo esquecidos, pois o narrador precisa mostrar, à sua audiência, nuances performáticas e identitárias que gerem empatia, que façam sentido. Ora, para uma sociedade preocupada em manter seu status quo civilizatório, convém assegurar, por meio do discurso ideológico presente nas narrativas, que o outro, caracterizado como não-civilizado, selvagem e praticamente inumano, não represente quaisquer ameaças à ordem das coisas.

Como também destaca Pratt (1999), as relações entre colonizadores e colonizados – ou, em nosso caso, entre viajantes e habitantes locais – se dão de maneira ideológica, marcadas pelas tradições, pela visão de si mesmo e, conseqüentemente, pela maneira de enxergar o outro. Prefiro desconstruir esse pensamento, caminhando na direção contrária da cultura de pesquisa positivista. Moita Lopes (2006) defende a importância e necessidade de escutar as chamadas “vozes do Sul”, sobre as quais afirma Archanjo (2008):

Ouvir as vozes do Sul seria a reinvenção da emancipação social: uma emancipação que não seria uma “melhoria de vida” assentada nos princípios do capitalismo, da economia de mercado, mas uma “melhoria” em termos de libertação da influência colonialista das culturas dominantes sobre as dominadas (ARCHANJO, 2008, p. 39).

A crítica que elaboro se direciona a questionar tais práticas de dominação, destacando a importância de olhar cada povo e cada cultura, o mais que possível, a partir das próprias representações, simbolismos e manifestações identitárias desses povos, ao invés de fazê-lo pelo prisma daquilo que já foi dito e reafirmado ao longo do tempo. É necessário desconstruir preconceitos e modificar os olhares, respeitando o direito de fala dos povos e grupos sociais historicamente marginalizados.

3. Considerações finais

Refletir sobre as questões de desigualdades entre os mais diversos grupos sociais é, acima de tudo, um compromisso de todas as pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, nos embates diários que se descortinam diante dos nossos olhos. Diariamente, presenciamos o aumento dos níveis de preconceito, intolerância e desrespeito em relação aos grupos considerados minoritários. Historicamente situados e estabelecidos, cada um desses conjuntos de sujeitos apresenta traços identitários e culturais que devem ser respeitados, acima de qualquer ideologia ou política. A negação da importância da diversidade cultural é, em primeira instância, uma tentativa de apagamento que não pode nem deve passar despercebida nem naturalizada. É preciso lançar mão de todas as estratégias e ferramentas disponíveis para garantir a reversão do atual estado das coisas, reparando equívocos, violências e danos históricos e conferindo legitimidade às

lutas e demandas de quaisquer que sejam os grupos sociais, partindo da premissa de que não acreditamos em superioridade, ao contrário, buscamos a equanimidade, justiça social e garantia de direitos, sem qualquer tipo de discriminação. O compromisso de todo(a) e qualquer pesquisador(a) com essa temática extrapola o chão da academia, devendo tornar-se bandeira para a vida, compromisso, ético, moral e político.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Valtenir Soares de. **O rio, o lavrado, a serra e o cordel: identidade e cultura roraimense nos cordéis de Rodrigo de Oliveira**. Universidade Federal de Roraima, 2016. Dissertação de mestrado.
- ARCHANJO, Renata. **Vozes sociais e dimensão ética da linguística aplicada: a construção discursiva na área dos CBLAs**. Natal, RN, 2008. Tese de doutorado.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. (VOLOCHÍNOV, V. N). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem 12ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- BRUNER, Jerome. **Acts of meaning**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1990.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Boitempo Editoria, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. 20.ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1999.
- FRANK, Erwin Heinrich. Beleza e Vício: O olhar etnográfico dos irmãos Schomburgk. In: **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, ano 11, volume 18(1): 95-136 (2007) (1835-1844).
- GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2ª edição. Manaus: Editora Valer, 2007. (Série: Memórias da Amazônia).
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. São Paulo: DP & A, 2006.
- LABOV, William. The transformation of experience in narrative syntax. In: LABOV, William. **Language in the inner city**. Philadelphia: University of Philadelphia Press, 1972.
- _____. Some Further Steps in Narrative Analysis. **The Journal of Narrative and Life History**. Special issue, Lawrence Erlbaum Associates, v. 7, n.1-4, 1997.
- LINDE, Charlotte. **Life Stories: The Creation of Coherence**. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- MAXWELL, Kenneth. **O verdadeiro Indiana Jones**. Jornal Folha de São Paulo, coluna Opinião. São Paulo, 10 de setembro de 2009. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1009200906.htm>>. Acesso em 05 de junho de 2019.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Linguística aplicada e vida contemporânea. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editora, 2006. p. 85-107.
- POLKINGHORNE, Donald E. Narrative and self-concept. In: **Journal of Narrative and Life History** 1 (2-3), 1991: 135-53.

- PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Tradução Jézio Hernani Bonfim Gutierrez. Bauru – SP: EDUSC, 1999.
- RICE, Alexander Hamilton. **Exploração na Guiana brasileira**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- RIESSMAN, Catherine Kohler. Narrative Analysis. In: **Narrative, Memory & Everyday Life**. University of Huddersfield, Huddersfield, 2005, pp. 17.
- RIZZO, Marcelo Augusto Parrillo. Narrativa e poder: a visão política da teoria narrativista da história. In: **Seminário de Pesquisa da PPG História**. UFG / UCG, 2008. (Seminário).
- SANTOS, William Soares dos. Compreendendo a sutil Co-Construção da Identidade Social em uma Narrativa de Conversão Religiosa. In: **SINAIS –Revista Eletrônica - Ciências Sociais**. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.05, v.1, Setembro. 2009. pp. 45-64.
- _____. Níveis de interpretação na entrevista de pesquisa de natureza interpretativa com narrativas. In: BASTOS, Liliana Cabral e SANTOS, William Soares dos (Organizadores). **A entrevista na pesquisa qualitativa** – Perspectivas em análise da narrativa e da interação. Rio de Janeiro: Quartet/Faperj, 2013. pp. 21-36.
- SOUSA, Rainer Gonçalves. **Darwinismo social**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/darwinismo-social.htm>. Acesso em 23 de dezembro de 2020.
- SOUZA, Carla Monteiro de. Uma visão da Guiana Brasileira: a expedição de Hamilton Rice pela Amazônia. In: **Estudos Ibero-Americanos**, v. 38, p. s19-s32, 2012.
- TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- WORTHAM, Stanton Emerson Fisher. **Narratives in action**: a strategy for research and analysis. Foreword by Kenneth J. Gergen. p. cm. — (Counseling and development series). Published by Teachers College Press, 1234 Amsterdam Avenue: New York, NY, 2001.